



Apostila de Legislação Educacional



Sumário:

1. Constituição Federal – Art. 205 ao 214
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996)
3. Base Nacional Comum Curricular (BNCC)
4. Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014)
5. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
6. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Educação
7. Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência
8. Lei nº 10.639/03 e 11.645/08 – Educação das Relações Étnico-Raciais
9. Proposta Curricular de Florianópolis
10. Ética e Responsabilidade Profissional Docente
11. Avaliação da Aprendizagem e Inclusão Escolar
12. Exercícios de Fixação

Capítulo 1 — Constituição Federal: Educação como Direito Social (Art. 205 ao 214)

Introdução ao Tema:

A Constituição Federal de 1988 estabelece os princípios basilares da educação nacional. Os artigos 205 a 214 estão inseridos no **Título VIII – Da Ordem Social**, mais precisamente no **Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto**, e constituem a espinha dorsal de toda a legislação educacional brasileira. Compreender esses dispositivos é essencial para candidatos à docência, pois eles orientam desde a **finalidade da educação** até a **gestão e financiamento do ensino público**.

Tópicos Explicados:

1. Artigo 205 — Finalidade da Educação

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade...”


- **Direito social fundamental:** A educação deve assegurar o **pleno desenvolvimento da pessoa**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- **Responsabilidade compartilhada:** Estado, família e sociedade têm papéis complementares.

2. Artigo 206 — Princípios do Ensino

A educação será ministrada com base nos seguintes princípios:

1. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
2. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar;
3. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
4. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
5. Valorização dos profissionais da educação escolar;
6. Gestão democrática do ensino público;
7. Garantia de padrão de qualidade;
8. Piso salarial profissional nacional (acrescentado pela EC nº 53/2006);

9. Garantia do direito à educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade (EC nº 59/2009).

 **Importante para a prova:** Esses princípios costumam aparecer **em forma de lista**, sendo exigido identificar o que **não** é princípio constitucional.

3. Artigo 207 — Autonomia das Universidades

As universidades gozam de **autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial**.

- Importância: garante liberdade acadêmica e autonomia pedagógica.
- Aplica-se também às instituições de ensino superior criadas por lei.

4. Artigo 208 — Dever do Estado com a Educação

O Estado deve garantir:

1. Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos;
2. Progressiva universalização do ensino médio;
3. Atendimento educacional especializado (AEE);
4. Educação infantil em creche e pré-escola às crianças de até 5 anos;
5. Acesso à educação superior com base no mérito;
6. Atendimento escolar em programas suplementares (alimentação, saúde, etc.);
7. Oferta de ensino noturno adequado às condições do educando;
8. Atendimento ao educando com deficiência, preferencialmente na rede regular.

5. Artigo 209 — Regras para Ensino Privado

A iniciativa privada pode atuar na educação desde que atenda a dois critérios:

1. Cumprimento das normas gerais da educação nacional;
2. Autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.

6. Artigo 210 — Currículo e Educação Básica

- Estabelece a **obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa e da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**.
- Garante currículo mínimo para o ensino fundamental.
- Educação religiosa é facultativa e oferecida nas escolas públicas de ensino fundamental.

7. Artigo 211 — Regime de Colaboração

- Define a competência **comum entre União, Estados, DF e Municípios**, mas com responsabilidades específicas:
 - **União**: coordena a política nacional;
 - **Estados e DF**: atuam prioritariamente no ensino médio;
 - **Municípios**: concentram-se na educação infantil e ensino fundamental.

8. Artigo 212 — Investimentos Mínimos em Educação

- União: mínimo de **18% da receita de impostos**;
- Estados, DF e Municípios: **25% da receita resultante de impostos**.

9. Artigo 213 — Recursos Públicos e Entidades Privadas

- Os recursos públicos podem ser destinados a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas **sem fins lucrativos**.
- Deve haver fiscalização e comprovação da finalidade educacional.


10. Artigo 214 — Plano Nacional de Educação (PNE)

Define as **metas decenais da educação**, com foco em:


- Erradicação do analfabetismo;
- Universalização do atendimento escolar;
- Melhoria da qualidade do ensino;
- Valorização dos profissionais da educação;

- Promoção humanística, científica e tecnológica do país;
 - Estabelecimento de metas e estratégias com **prazo determinado**.
-


Exemplos Práticos de Prova:

 “O ensino será ministrado com base nos princípios de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, liberdade de aprender e ensinar, e gestão democrática.”

→ Art. 206.

 “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia da educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade.”

→ Art. 208, inciso I.

 “A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.”

→ Art. 212.

Exercícios de Fixação:

1. A quem compete oferecer a educação infantil e o ensino fundamental, de acordo com o art. 211 da CF?
 - a) Apenas à União
 - b) Aos estados e municípios indistintamente
 - c) Prioritariamente aos municípios
 - d) Exclusivamente ao MEC

✓ **Gabarito: c)**

2. Qual dos princípios abaixo **não** está previsto no art. 206 da CF?
 - a) Valorização dos profissionais da educação escolar
 - b) Igualdade de condições de acesso e permanência
 - c) Liberdade de cátedra
 - d) Obrigatoriedade de ensino religioso

✓ **Gabarito: d)**

3. A autonomia universitária prevista no art. 207 da Constituição inclui:
 - a) Liberdade sindical
 - b) Autonomia sobre currículo nacional
 - c) Autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira
 - d) Competência legislativa plena

✓ **Gabarito: c)**

4. Qual é o percentual mínimo que estados e municípios devem aplicar na educação?
 - a) 15%

- b) 18%
- c) 20%
- d) 25%

✓ **Gabarito: d)**

5. Sobre o Plano Nacional de Educação (art. 214), marque a correta:
- a) Deve ser aprovado anualmente
 - b) Estabelece metas de curto prazo
 - c) Visa à erradicação do analfabetismo e universalização da educação
 - d) É responsabilidade apenas da União

✓ **Gabarito: c)**

Capítulo 2 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)

Introdução ao Tema:

A LDB é a principal norma infraconstitucional que **regula o sistema educacional brasileiro**, detalhando os princípios, níveis, modalidades e organização da educação. Desde sua promulgação em 1996, vem sendo constantemente atualizada para se adequar a novas políticas educacionais como a **BNCC**, o **PNE** e a **educação inclusiva**.

Tópicos Explicados:


1. Princípios e Fins da Educação Nacional (Art. 2º e 3º)


- **Art. 2º:** A educação deve visar ao **pleno desenvolvimento do educando**, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- **Art. 3º:** São princípios da educação (muitos deles também na Constituição):
 1. Igualdade de condições para acesso e permanência;
 2. Liberdade de aprender e ensinar;
 3. Respeito à liberdade e ao pluralismo;
 4. Gratuidade do ensino público;
 5. Valorização dos profissionais da educação;
 6. Gestão democrática;
 7. Garantia de padrão de qualidade;
 8. Valorização da experiência extraescolar;


9. Vinculação entre educação escolar, trabalho e práticas sociais;
10. Consideração com a diversidade étnico-racial;
11. Garantia do direito à educação e aprendizagem ao longo da vida.

2. Organização da Educação Nacional (Art. 4º a 13)

- Regime de colaboração entre União, Estados, DF e Municípios.
- **Responsabilidade prioritária:**
 - União: política nacional e apoio técnico e financeiro;
 - Estados: ensino médio e articulação regional;
 - Municípios: educação infantil e fundamental.

 **Art. 5º:** Direito público subjetivo à educação básica.

 **Art. 6º:** A matrícula na educação básica é obrigatória dos 4 aos 17 anos.

 **Art. 8º:** Sistema federal, estaduais e municipais de ensino possuem **autonomia administrativa e pedagógica**.

3. Níveis e Modalidades da Educação (Art. 21 a 23)

Níveis:

- **Educação Básica:** Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio.
- **Educação Superior**

Modalidades:

- Educação de Jovens e Adultos (EJA)
- Educação Especial
- Educação Profissional
- Educação no Campo, Indígena e Quilombola
- Educação a Distância
- Educação Escolar Bilíngue de Surdos (Lei nº 14.191/2021)

📌 A LDB permite **organização flexível**: séries anuais, ciclos, alternância, grupos não seriados, entre outros.

📖 4. Educação Infantil (Art. 29 a 31)

- Primeira etapa da educação básica: **creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos)**.
- Tem como finalidade o **desenvolvimento integral** em aspectos físico, psicológico, intelectual e social.
- A avaliação na educação infantil é **qualitativa**, sem promoção nem reprovação.

📖 5. Ensino Fundamental (Art. 32 a 34)

- Obrigatório e com duração de **nove anos**, iniciando aos **6 anos de idade**.
- Objetivos: desenvolvimento da capacidade de aprender, formação de valores, compreensão do ambiente natural e social, entre outros.

📖 6. Ensino Médio (Art. 35 a 36)

- Etapa final da educação básica.
- Deve assegurar formação geral e preparatória para o trabalho e cidadania.
- Inclui obrigatoriamente:
 - **Língua Portuguesa e Matemática**;
 - **Língua Inglesa** (obrigatória);
 - **Educação Física, Arte, Sociologia, Filosofia, História e Geografia** (conforme BNCC);
 - **Educação financeira, projeto de vida e itinerários formativos** (novo ensino médio).

📖 7. Educação de Jovens e Adultos (EJA) – Art. 37 e 38

- Modalidade para quem **não teve acesso ou continuidade de estudos** na idade apropriada.
- Pode ser oferecida na forma **presencial ou a distância**, com terminalidade específica (diploma).

8. Educação Especial (Art. 58 a 60)

- Atendimento **preferencial na rede regular de ensino**.
- Contempla:
 - Estudantes com deficiência;
 - Transtornos globais do desenvolvimento;
 - Altas habilidades/superdotação.
- Oferece **serviços de apoio especializados (AEE)**, como intérprete de Libras, sala de recursos, tecnologia assistiva.

9. Valorização dos Profissionais da Educação (Art. 61 a 67)

- Profissionais da educação incluem: **docentes, diretores, coordenadores, supervisores, técnicos e apoio escolar**.
- Diretrizes para formação:
 - Ensino superior como formação mínima para docência na educação básica;
 - Valorização através de:
 - Piso salarial;
 - Progressão na carreira;
 - Formação continuada;
 - Condições de trabalho.

10. Gestão Democrática e Avaliação (Art. 14, 24 e 74 a 75)

- Gestão democrática prevista na CF e na LDB;
- Participação da comunidade escolar;
- Avaliação institucional e de desempenho dos sistemas de ensino.

Exemplos Práticos de Prova:

📌 “A educação infantil será oferecida em creches e pré-escolas, visando ao desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade...”

✅ Art. 29

📌 “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar sua formação comum e preparar para o exercício da cidadania e do trabalho.”

✅ Art. 22

📌 “O ensino será ministrado com base nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.”

✅ Art. 3º

🧠 Exercícios de Fixação:

1. De acordo com a LDB, a educação básica é formada por:
 - a) Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Superior
 - b) Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio
 - c) Ensino Fundamental, Médio e Profissional
 - d) EJA, Ensino Fundamental e Médio

✅ Gabarito: b)
2. A LDB determina que a avaliação na educação infantil deve ser:
 - a) Por provas trimestrais
 - b) Através de boletins bimestrais
 - c) Qualitativa, sem promoção
 - d) Baseada em testes objetivos

✅ Gabarito: c)
3. A gestão democrática do ensino público, segundo a LDB, é:
 - a) Opcional aos municípios
 - b) Obrigatória em todas as etapas
 - c) Diretriz apenas para o ensino superior
 - d) Exigida apenas em escolas com mais de mil alunos

✅ Gabarito: b)
4. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é destinada a:
 - a) Estudantes com altas habilidades
 - b) Jovens em tempo integral
 - c) Quem não teve acesso ou continuidade de estudos
 - d) Crianças do ensino fundamental

✅ Gabarito: c)
5. Qual das alternativas **não** corresponde a um princípio da LDB?
 - a) Gratuidade do ensino público
 - b) Valorização da experiência extraescolar
 - c) Educação voltada ao mercado financeiro

d) Gestão democrática

✓ Gabarito: c)

Capítulo 3 — Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Introdução ao Tema:

A BNCC é um documento normativo que define **o conjunto essencial de aprendizagens que todos os alunos devem desenvolver** na Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio. Ela fundamenta os currículos escolares, respeitando a autonomia dos sistemas, mas assegurando o direito à aprendizagem em todo o território nacional.

Tópicos Explicados:

1. Natureza Jurídica e Abrangência

- A BNCC é uma **norma obrigatória**, de caráter nacional, prevista na LDB (Art. 26).
- Abrange:
 - Educação Infantil;
 - Ensino Fundamental;
 - Ensino Médio (revisada pela Resolução CNE/CP nº 4/2018).

2. Estrutura Geral

A BNCC é organizada por:


- ✓ **Competências Gerais da Educação Básica**
 - ✓ **Áreas do conhecimento**
 - ✓ **Componentes curriculares (disciplinas)**
 - ✓ **Unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades**
-

3. Competências Gerais (10 no total)

As **10 Competências Gerais da BNCC** devem ser trabalhadas em todas as etapas e áreas. Elas integram conhecimento, habilidades, atitudes e valores:

1. **Conhecimento** – compreender o mundo físico, social e cultural;
2. **Pensamento científico, crítico e criativo;**


3. **Repertório cultural;**
4. **Comunicação;**
5. **Cultura digital;**
6. **Trabalho e projeto de vida;**
7. **Argumentação;**
8. **Autoconhecimento e autocuidado;**
9. **Empatia e cooperação;**
10. **Responsabilidade e cidadania.**

 Todas elas são interdisciplinares e voltadas à formação humana integral.

4. BNCC na Educação Infantil

Organizada por **campos de experiência**:

1. O eu, o outro e o nós
2. Corpo, gestos e movimentos
3. Traços, sons, cores e formas
4. Escuta, fala, pensamento e imaginação
5. Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

 As aprendizagens são esperadas por **faixa etária**: bebês (0-1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 a 5 anos e 11 meses).

5. BNCC no Ensino Fundamental

Organizado em dois blocos:

- **Anos Iniciais (1º ao 5º ano);**

- **Anos Finais (6º ao 9º ano).**

 Componentes curriculares:


- Língua Portuguesa
- Matemática
- Ciências
- História
- Geografia
- Arte
- Educação Física
- Língua Inglesa (obrigatória a partir do 6º ano)
- Ensino Religioso (facultativo)

 Cada disciplina apresenta **habilidades descritas em códigos alfanuméricos**, por exemplo: EF15LP02.




6. BNCC no Ensino Médio

Estruturada em:

- **Competências específicas por área**
- **Itinerários formativos**
- Áreas do conhecimento:
 - Linguagens e suas tecnologias
 - Matemática e suas tecnologias
 - Ciências da Natureza
 - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas


 **Projeto de Vida, Educação Financeira e Tecnologias Digitais** aparecem transversalmente.


Exemplos Práticos:


-  A competência geral nº 7 trata da **argumentação** com base em fatos e dados.
 -  Na Educação Infantil, o campo "O eu, o outro e o nós" trata da construção da identidade e da convivência social.
 -  No Ensino Médio, os itinerários formativos possibilitam **personalização** do percurso educacional.
-


Exercícios de Fixação:

1. A BNCC é obrigatória para:
 - a) Escolas federais apenas
 - b) Escolas públicas apenas
 - c) Todas as instituições de ensino básico do país
 - d) Escolas particulares de grande porte

 **Gabarito: c)**
2. Quantas competências gerais norteiam a BNCC?
 - a) 5
 - b) 7
 - c) 10
 - d) 12

 **Gabarito: c)**
3. A disciplina de Língua Inglesa é obrigatória a partir de:
 - a) Educação Infantil
 - b) 1º ano do fundamental
 - c) 6º ano do fundamental
 - d) Ensino Médio

 **Gabarito: c)**
4. O campo de experiência "Escuta, fala, pensamento e imaginação" pertence a qual etapa?
 - a) Ensino Fundamental
 - b) Educação Infantil
 - c) Ensino Médio
 - d) Educação de Jovens e Adultos

 **Gabarito: b)**
5. Os itinerários formativos fazem parte de:
 - a) Educação Infantil
 - b) Ensino Fundamental – anos iniciais

c) Ensino Fundamental – anos finais

d) Ensino Médio

✓ **Gabarito: d)**

Capítulo 4 — Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014)

Introdução ao Tema:

O Plano Nacional de Educação (PNE) é um instrumento de planejamento que **define metas e estratégias para a política educacional do país em um período de 10 anos**. A versão atual, vigente de **2014 a 2024**, traz **20 metas** que envolvem desde o acesso à educação até a valorização docente.

Tópicos Explicados:

1. Fundamentos do PNE

- Lei nº 13.005/2014
- Vigência: de 2014 a 2024
- Aplica-se a todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

 Cada meta é acompanhada de estratégias com prazos e indicadores.

2. Principais Metas do PNE (destaques para concursos)

1. **Meta 1:** universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos e ampliar a oferta de creches.
2. **Meta 2:** universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos.
3. **Meta 3:** universalizar o atendimento no ensino médio.
4. **Meta 4:** atender, preferencialmente na rede regular, os estudantes com deficiência.
5. **Meta 5:** alfabetizar todas as crianças até o 3º ano do fundamental.
6. **Meta 7:** melhorar a qualidade da educação, com IDEB como indicador.

7. **Meta 17:** valorizar os profissionais da educação com equiparação salarial.
8. **Meta 20:** investir pelo menos **10% do PIB em educação pública**.

📌 As metas são monitoradas por relatórios do INEP e CNTE.

📖 3. Diretrizes do PNE

O plano se baseia nas seguintes diretrizes:

- Erradicação do analfabetismo;
 - Universalização do atendimento escolar;
 - Melhoria da qualidade da educação;
 - Formação para o trabalho e cidadania;
 - Promoção da igualdade e respeito à diversidade.
-

🔧 Exemplos Práticos:

📌 A Meta 4 prevê o atendimento de alunos com deficiência **preferencialmente na rede regular de ensino**, como reforçado pela LDB.

📌 A Meta 7 trata diretamente da **qualidade do ensino**, medida por meio de resultados do IDEB.

🧠 Exercícios de Fixação:

1. O PNE é um plano de:
 - a) 4 anos
 - b) 6 anos
 - c) 8 anos
 - d) 10 anos

✅ **Gabarito: d)**
2. A meta que trata da alfabetização até o 3º ano do ensino fundamental é:
 - a) Meta 1
 - b) Meta 5
 - c) Meta 7
 - d) Meta 10

✓ **Gabarito: b)**

3. Qual meta trata da valorização salarial dos profissionais da educação?

- a) Meta 2
- b) Meta 10
- c) Meta 17
- d) Meta 20

✓ **Gabarito: c)**

4. O investimento mínimo previsto no PNE para a educação pública é:

- a) 6% do PIB
- b) 8% do PIB
- c) 10% do PIB
- d) 15% do PIB

✓ **Gabarito: c)**

5. As metas do PNE são monitoradas por:

- a) Senado e MEC
- b) IBGE
- c) INEP e CNTE
- d) Conselhos Municipais

✓ **Gabarito: c)**

Capítulo 5 — Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs)

Introdução ao Tema:

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) orientam a organização pedagógica e curricular dos sistemas de ensino. São **normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)** e têm como objetivo garantir a **qualidade, a equidade e a coerência dos currículos escolares**, sempre respeitando a diversidade local e os princípios da Constituição e da LDB.

Tópicos Explicados:

1. Fundamentos Legais das DCNs

- As DCNs estão previstas no Art. 9º da LDB e são instituídas por resoluções do CNE homologadas pelo MEC.
- Devem ser seguidas por todos os sistemas e redes de ensino (públicas e privadas).

2. Princípios Norteadores

As DCNs da Educação Básica são guiadas por princípios como:

- Inclusão educacional e social;
- Valorização da diversidade étnico-racial e cultural;
- Educação como direito de todos e dever do Estado;
- Formação integral do estudante;
- Gestão democrática e participativa;
- Compromisso com a equidade.

📌 Esses princípios também norteiam a BNCC, o PNE e os planos estaduais e municipais de educação.

📖 3. DCNs da Educação Infantil

Resolução CNE/CEB nº 5/2009

- A Educação Infantil é direito da criança de 0 a 5 anos e deve ser ofertada em creches (0 a 3) e pré-escolas (4 a 5).
- A proposta pedagógica deve considerar:
 - A criança como sujeito histórico, social e de direitos;
 - As experiências e vivências do cotidiano;
 - O brincar como eixo estruturante da aprendizagem.

📌 A avaliação é descritiva, contínua e sem caráter classificatório.

📖 4. DCNs do Ensino Fundamental de 9 anos

Resolução CNE/CEB nº 7/2010

- Assegura o direito à aprendizagem com base em competências e habilidades.
- Reafirma o caráter **formativo, interdisciplinar e contextualizado** do ensino.
- Orienta que o currículo promova:

- Leitura do mundo;
 - Valorização das culturas locais;
 - Superação das desigualdades;
 - Participação cidadã.
-

5. DCNs do Ensino Médio

Resolução CNE/CEB nº 2/2012 (revogada parcialmente pela Resolução CNE/CP nº 4/2018)

- Define o Ensino Médio como etapa conclusiva da educação básica, com foco:
 - Na formação humana integral;
 - Na preparação para o trabalho e cidadania;
 - No desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais e sociais.
 - A carga horária mínima passou a ser de 3.000 horas, com 1.800 horas voltadas à formação geral básica (BNCC) e o restante aos itinerários formativos.
-

6. DCNs da Educação Especial

Resolução CNE/CEB nº 4/2009

- A Educação Especial é uma modalidade transversal, ofertada em todos os níveis.
 - Deve garantir:
 - Acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência;
 - Atendimento Educacional Especializado (AEE);
 - Adoção de recursos de acessibilidade e práticas pedagógicas inclusivas.
-

Exemplos Práticos:

📌 A Resolução nº 5/2009 afirma que a avaliação na Educação Infantil deve ser **qualitativa e processual**, sem finalidade de promoção.

📌 As DCNs do Ensino Fundamental destacam a importância do **direito à aprendizagem e à diversidade cultural**.

📌 O Ensino Médio é entendido como etapa final da educação básica, articulado ao mundo do trabalho e à formação ética e intelectual.

🧠 Exercícios de Fixação:

1. As Diretrizes Curriculares Nacionais são normas estabelecidas por:
 - a) Congresso Nacional
 - b) Ministérios estaduais
 - c) Conselho Nacional de Educação
 - d) Prefeituras Municipais

✅ **Gabarito: c)**
 2. As DCNs da Educação Infantil definem como eixo estruturante da aprendizagem:
 - a) Disciplinas organizadas
 - b) Ensino tradicional
 - c) Brincar
 - d) Avaliação quantitativa

✅ **Gabarito: c)**
 3. O Ensino Fundamental, segundo as DCNs, deve promover:
 - a) Ensino técnico-profissional
 - b) Formação empresarial
 - c) Leitura crítica do mundo e equidade
 - d) Ensino conteudista isolado

✅ **Gabarito: c)**
 4. A carga horária mínima do Ensino Médio, segundo as DCNs atuais, é de:
 - a) 2.000 horas
 - b) 3.000 horas
 - c) 3.600 horas
 - d) 1.800 horas

✅ **Gabarito: b)**
 5. O Atendimento Educacional Especializado deve ser oferecido:
 - a) Somente para surdos
 - b) Fora do horário escolar e de forma segregada
 - c) Em escolas especiais apenas
 - d) Preferencialmente na escola regular, de forma complementar

✅ **Gabarito: d)**
-

Capítulo 6 — Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Educação

Introdução ao Tema:

O ECA (Lei nº 8.069/1990) é o marco legal que regula os direitos da criança e do adolescente no Brasil. No campo educacional, ele assegura **o direito à educação como prioridade absoluta**, com foco na proteção, no acesso universal e na qualidade do ensino.

Tópicos Explicados:

1. Princípios Gerais do ECA na Educação

Artigos 53 a 59

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando:

- Desenvolvimento pessoal e social;
 - Qualificação para o trabalho;
 - Exercício da cidadania;
 - Respeito à liberdade e dignidade.
-

2. Direitos Garantidos (Art. 53)

- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
 - Direito de ser respeitado por seus educadores;
 - Direito de contestar critérios avaliativos;
 - Direito de organização e participação em entidades estudantis;
 - Direito à educação gratuita em estabelecimentos oficiais.
-

3. Deveres do Estado (Art. 54)

- Garantia de ensino fundamental **obrigatório e gratuito**, inclusive para os que não o concluíram na idade própria;

- Progressiva universalização do ensino médio;
 - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos;
 - Acesso ao ensino superior conforme capacidade;
 - Oferta de ensino noturno regular e programas suplementares (material didático, alimentação, transporte).
-


4. Deveres dos Pais (Art. 55)

- Matrícula obrigatória dos filhos na rede regular a partir dos 4 anos de idade.

5. Medidas de Proteção e Inclusão (Art. 58 a 59)

- Atendimento especializado a crianças com deficiência;
 - Garantia de permanência escolar de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou violência;
 - Proibição de reprovação injusta por motivos de deficiência ou ausência justificada.
-

Exemplos Práticos:


 O ECA assegura ao aluno o direito de contestar critérios avaliativos e recorrer às instâncias escolares superiores.

 O Estado deve garantir **ensino gratuito e obrigatório** para todos até o ensino médio.

 É dever dos pais ou responsáveis **matricular os filhos e acompanhar sua frequência**.

Exercícios de Fixação:

1. Qual artigo do ECA trata do direito à educação?
 - a) Art. 50
 - b) Art. 53
 - c) Art. 60
 - d) Art. 49

 **Gabarito: b)**
2. O dever de matricular crianças na escola recai sobre:
 - a) Estado

- b) Professores
- c) Pais ou responsáveis
- d) Conselho Tutelar

✓ **Gabarito: c)**

3. Entre os direitos assegurados pelo ECA está:

- a) Ensino privado para todos
- b) Direito de organizar entidades estudantis
- c) Suspensão da matrícula por baixa nota
- d) Restrição de acesso ao ensino noturno

✓ **Gabarito: b)**

4. De acordo com o ECA, é dever do Estado:

- a) Oferecer educação superior gratuita para todos
- b) Garantir somente creches privadas
- c) Universalizar o ensino médio progressivamente
- d) Dispensar alunos com deficiência da avaliação

✓ **Gabarito: c)**

5. Crianças e adolescentes têm direito a atendimento educacional especializado:

- a) Apenas fora da escola regular
- b) Em escolas de elite
- c) Sempre segregado
- d) Quando necessário, com inclusão e apoio

✓ **Gabarito: d)**

Capítulo 7 — Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015 – LBI)

Introdução ao Tema:

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, regulamenta os direitos das pessoas com deficiência, conforme previsto na **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU**. No campo educacional, estabelece a **garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem em todos os níveis de ensino, preferencialmente na rede regular**.

Tópicos Explicados:

1. Educação como Direito Incondicional

Art. 27 da LBI

A educação deve ser assegurada:

- Em igualdade de condições com os demais;

- Com **proibição de exclusão do sistema educacional** por motivo de deficiência;
 - Com **oferta de adaptações razoáveis**, recursos de acessibilidade e AEE;
 - Com **formação de profissionais da educação para a inclusão**.
-

2. Inclusão Escolar

A LBI determina:

- Matrícula obrigatória em escolas regulares;
- Proibição de cobrança de valores adicionais;
- Oferta de:
 - Profissionais de apoio escolar;
 - Salas de recursos multifuncionais;
 - Tecnologias assistivas e materiais acessíveis.

 **Importante:** O AEE **não substitui o ensino comum**. Ele é complementar e realizado no **contraturno**.

3. Formação Docente e de Gestores

Art. 28


- Os sistemas de ensino devem garantir:
 - Formação inicial e continuada de professores e gestores;
 - Capacitação em práticas pedagógicas inclusivas;
 - Conhecimento sobre acessibilidade e direitos da pessoa com deficiência.
-


4. Educação Profissional e Superior

- Garantia de acessibilidade nos cursos técnicos e de nível superior;
 - Condições adequadas para processos seletivos, atividades acadêmicas e avaliações;
 - Apoio à mobilidade e comunicação.
-

Exemplos Práticos:

 A escola **não pode recusar matrícula nem cobrar valores adicionais** por atender aluno com deficiência.

 A presença de **profissional de apoio escolar** é um direito do estudante e responsabilidade do sistema público.

 É dever do sistema educacional formar professores para atuação inclusiva com base nos princípios da LBI.

Exercícios de Fixação:

1. De acordo com a LBI, a educação da pessoa com deficiência deve ocorrer:
 - a) Em escolas especiais, sempre que possível
 - b) Preferencialmente na rede regular de ensino
 - c) Somente com ensino domiciliar
 - d) Apenas em instituições privadas

✓ **Gabarito: b)**
2. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser ofertado:
 - a) No turno da aula regular
 - b) Em substituição ao ensino comum
 - c) Apenas no ensino superior
 - d) De forma complementar ao ensino regular

✓ **Gabarito: d)**
3. A escola pode cobrar taxa extra de aluno com deficiência?
 - a) Sim, para cobrir custos com adaptação
 - b) Sim, se for escola privada
 - c) Não, pois é expressamente proibido pela LBI
 - d) Somente se for deficiência múltipla

✓ **Gabarito: c)**
4. Segundo a LBI, os profissionais da educação devem receber:
 - a) Aulas sobre Libras
 - b) Apenas formação ética
 - c) Formação para práticas inclusivas
 - d) Treinamento militar

✓ Gabarito: c)

5. A LBI estabelece que é direito da pessoa com deficiência:

- a) Escolher se quer ser avaliada na escola
- b) Estudar em ambientes exclusivamente segregados
- c) Acessar a educação apenas na fase adulta
- d) Participar de todos os níveis de ensino com igualdade

✓ Gabarito: d)

Capítulo 8 — Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008: Educação das Relações Étnico-Raciais e Indígenas

Introdução ao Tema:

As Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 alteraram a LDB (Lei nº 9.394/1996) para incluir o **ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas** no currículo oficial da educação básica. São marcos legais fundamentais na luta contra o racismo, na valorização da diversidade e na construção de uma educação antirracista e plural.

Tópicos Explicados:

1. O que diz a Lei nº 10.639/2003?

- Tornou obrigatório o **ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana** no currículo do ensino fundamental e médio.
- Os conteúdos devem estar presentes especialmente nas disciplinas de:
 - **História**
 - **Artes**
 - **Literatura Brasileira**

2. O que acrescenta a Lei nº 11.645/2008?

- Amplia a obrigatoriedade para incluir **a História e Cultura dos Povos Indígenas Brasileiros**.
- Altera o Art. 26-A da LDB:
 - “O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições dos diferentes grupos étnico-raciais na formação do povo brasileiro,

especialmente dos povos afro-brasileiros e indígenas.”


3. Objetivos dessas Leis

- Valorizar a identidade e cultura negra e indígena;
 - Combater o preconceito e a discriminação;
 - Promover o respeito à diversidade étnico-racial;
 - Fortalecer o pertencimento e a autoestima de crianças negras e indígenas;
 - Desenvolver uma **educação antirracista, inclusiva e democrática**.
-

4. Como aplicar na prática?

- Currículo interdisciplinar, com abordagem transversal;
 - Formação de professores em **Educação das Relações Étnico-Raciais**;
 - Uso de materiais didáticos adequados e representativos;
 - Celebrações como o **20 de novembro (Dia da Consciência Negra)** e **19 de abril (Dia dos Povos Indígenas)**.
-

Exemplos Práticos:

 A obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e indígena se aplica **a todas as escolas públicas e privadas**.

 A abordagem deve ocorrer **de forma transversal e integrada** às disciplinas curriculares.

 O não cumprimento dessas diretrizes **configura descumprimento da LDB**.

Exercícios de Fixação:

1. A Lei nº 10.639/2003 torna obrigatório o ensino de:
 - a) Cultura brasileira moderna
 - b) História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

- c) Música europeia clássica
- d) Direitos humanos e meio ambiente

✓ **Gabarito: b)**

2. A Lei nº 11.645/2008 amplia a obrigatoriedade para incluir:

- a) A história das religiões
- b) O folclore nacional
- c) Os povos indígenas brasileiros
- d) A filosofia oriental

✓ **Gabarito: c)**

3. A abordagem das temáticas étnico-raciais deve ocorrer:

- a) Apenas no ensino médio
- b) Em todas as etapas e disciplinas
- c) Exclusivamente na disciplina de história
- d) De forma opcional nas escolas privadas

✓ **Gabarito: b)**

4. Os principais objetivos das Leis 10.639 e 11.645 incluem:

- a) Reforçar o ensino técnico
- b) Combater o preconceito racial e valorizar identidades
- c) Introduzir o latim nos currículos
- d) Substituir o ensino da língua portuguesa

✓ **Gabarito: b)**

5. O não cumprimento dessas leis configura:

- a) Ato de desobediência curricular
- b) Irregularidade administrativa na escola
- c) Desrespeito à LDB
- d) Falha não passível de punição

✓ **Gabarito: c)**

Capítulo 9 — Proposta Curricular de Florianópolis

Introdução ao Tema:

A **Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (PCRMEF)** é um documento pedagógico que orienta as práticas escolares no município, valorizando a **pluralidade, a inclusão, a autonomia docente e a valorização das culturas locais**. Ela é referência obrigatória em concursos para professores da cidade e integra as diretrizes da LDB, da BNCC e do PNE, mas com ênfases específicas à realidade sociocultural da capital catarinense.

Tópicos Explicados:

1. Fundamentos Filosófico-Pedagógicos

A PCRMEF se baseia em:

- **Educação democrática e emancipadora;**
- **Respeito à diversidade cultural, étnica e linguística;**
- Compromisso com a **inclusão, equidade e justiça social;**
- Valorização da **autonomia e da autoria docente;**
- Rejeição à visão conteudista, transmissora e autoritária.

📌 Ela defende a educação como prática social **interdisciplinar, contextualizada e crítica.**

2. Concepção de Conhecimento e Aprendizagem

- O conhecimento é **construído social e historicamente**, em contextos significativos.
 - A aprendizagem ocorre na **interação entre sujeitos, saberes, culturas e experiências.**
 - O erro é compreendido como parte do processo de aprendizagem.
 - **A escuta ativa da criança e o diálogo com sua realidade são essenciais.**
-

3. Organização do Currículo

- O currículo é **interdisciplinar e integrado.**
 - Deve considerar:
 - Realidade local e diversidade sociocultural;
 - Participação da comunidade escolar;
 - Linguagens múltiplas (verbal, corporal, artística, tecnológica).
-

📌 O ensino deve articular **saberes científicos, populares, culturais e cotidianos.**


4. Avaliação


- Avaliação diagnóstica, formativa e processual;
 - Sem caráter classificatório ou excludente;
 - Foco no acompanhamento contínuo da aprendizagem;
 - Instrumentos diversos: portfólios, registros, rodas de conversa, relatórios.
-

5. Educação Infantil e Anos Iniciais

- A Educação Infantil é concebida como um tempo de **interação, brincadeira e expressão**.
 - O brincar é elemento estruturante do currículo.
 - Para os Anos Iniciais, a alfabetização é tratada de forma **contextualizada, significativa e dialógica**, respeitando os diferentes tempos de aprendizagem.
-

Exemplos Práticos:


 A PCRMEF considera o conhecimento como **produção coletiva**, construída nas relações com o mundo.

 A avaliação é **formativa**, baseada em registros, sem uso de notas ou provas padronizadas.

 O professor é visto como **autor do processo pedagógico**, com liberdade e responsabilidade.

Exercícios de Fixação:

1. A Proposta Curricular de Florianópolis entende o erro como:
 - a) Motivo de reprovação
 - b) Desvio que deve ser punido
 - c) Parte do processo de aprendizagem
 - d) Falha que compromete a avaliação

 **Gabarito: c)**
2. A avaliação, segundo a PCRMEF, é:
 - a) Classificatória e somativa
 - b) Diagnóstica, contínua e formativa
 - c) Aplicada apenas no final do bimestre
 - d) Baseada em provas objetivas

✓ **Gabarito: b)**

3. O currículo, segundo a proposta curricular do município, deve:

- a) Ignorar saberes populares
- b) Valorizar apenas o conhecimento científico
- c) Articular saberes científicos, culturais e cotidianos
- d) Ser organizado por disciplinas rígidas e isoladas

✓ **Gabarito: c)**

4. A organização do ensino na Educação Infantil deve priorizar:

- a) Aulas expositivas
- b) Brincadeiras e interações
- c) Alfabetização mecânica
- d) Avaliações escritas mensais

✓ **Gabarito: b)**

5. A Proposta Curricular da RME de Florianópolis entende o professor como:

- a) Executor de ordens pedagógicas
- b) Agente de avaliação externa
- c) Autor e sujeito do processo educativo
- d) Observador técnico do currículo nacional

✓ **Gabarito: c)**

Capítulo 10 — Ética e Responsabilidade Profissional Docente

Introdução ao Tema:

A atuação do professor no serviço público deve estar fundamentada em **princípios éticos, responsabilidade social e compromisso com o bem-estar dos educandos**. Em concursos públicos, especialmente da área educacional, a ética docente é abordada como base da **postura profissional, respeito aos direitos humanos, à diversidade e ao interesse público**.

Tópicos Explicados:

1. Princípios Éticos da Docência


- Respeito à dignidade humana;
- Compromisso com a formação integral dos estudantes;
- Postura democrática e dialógica;
- Combate a qualquer forma de preconceito ou exclusão;

- Sigilo e discrição com informações dos alunos;
 - Rejeição ao autoritarismo, assédio e humilhações.
-

2. Responsabilidade Profissional

O professor deve:

- Planejar e executar ações pedagógicas com intencionalidade;
- Participar ativamente da vida escolar;
- Zelar pelo ambiente educativo;
- Trabalhar em equipe, respeitando a gestão democrática;
- Atualizar-se constantemente.

 O descumprimento de deveres éticos pode configurar **infração disciplinar**, punível nos termos do estatuto do servidor público.

3. Código de Ética Profissional do Servidor Público (Decreto nº 1.171/1994)

Principais preceitos aplicáveis ao docente:


- Ser assíduo e pontual;
 - Exercer suas funções com honestidade e zelo;
 - Jamais usar o cargo para obtenção de vantagens pessoais;
 - Respeitar colegas, superiores, alunos e famílias;
 - Ser proativo na resolução de conflitos e situações de vulnerabilidade.
-

4. Relação com a Comunidade Escolar

- O professor deve manter uma **postura acolhedora, respeitosa e colaborativa**;

- Evitar qualquer forma de discriminação;
 - Respeitar o direito das famílias e da comunidade à informação clara e transparente sobre o processo educacional;
 - Participar de conselhos, reuniões pedagógicas, projetos e eventos escolares.
-

Exemplos Práticos:


 É antiético utilizar sua posição de professor para **beneficiar ou prejudicar estudantes com base em preferências pessoais**.


 O profissional deve respeitar os **limites da confidencialidade** em casos que envolvam situações sensíveis dos alunos.


 O professor **não pode se recusar a participar de reuniões pedagógicas** e eventos escolares previstos em regimento.

Exercícios de Fixação:

1. A ética profissional docente exige:
 - a) Imposição de valores pessoais aos alunos
 - b) Atitude autoritária para manter disciplina
 - c) Respeito à dignidade do educando
 - d) Indiferença ao contexto social

 **Gabarito: c)**
2. O sigilo profissional deve ser mantido:
 - a) Apenas entre colegas docentes
 - b) Em todas as situações, especialmente envolvendo alunos
 - c) Quando for conveniente ao professor
 - d) Apenas nas reuniões de pais

 **Gabarito: b)**
3. Segundo o Código de Ética do Servidor Público, é vedado:
 - a) Trabalhar com zelo
 - b) Ser cordial com os alunos
 - c) Utilizar o cargo para obter vantagens pessoais
 - d) Denunciar irregularidades

 **Gabarito: c)**
4. Um professor que promove inclusão, escuta ativa e respeito à diversidade:
 - a) Está seguindo as diretrizes da PCRMEF e a ética profissional
 - b) Está ultrapassando seus deveres
 - c) Age fora do padrão institucional
 - d) Desvia do currículo tradicional

✓ **Gabarito: a)**

5. A responsabilidade ética do professor inclui:
- a) Julgar a conduta familiar do aluno
 - b) Corrigir apenas provas
 - c) Cuidar do ambiente educativo, agir com ética e respeito
 - d) Executar ordens sem questionamento

✓ **Gabarito: c)**

Capítulo 11 — Avaliação da Aprendizagem e Inclusão Escolar

Introdução ao Tema:

A avaliação da aprendizagem deixou de ser apenas um instrumento de mensuração e passou a ser compreendida como parte **integrante do processo pedagógico**. Aliada à perspectiva da **inclusão escolar**, ela deve ser **formativa, diagnóstica e promotora da equidade**, respeitando os diferentes tempos, modos e contextos de aprendizagem dos estudantes.

Tópicos Explicados:

1. Avaliação da Aprendizagem: Concepções

- **Tradicional (quantitativa/classificatória):**
Centrada no acerto/erro, na nota, no ranqueamento e reprovação. Hoje, essa abordagem **não é recomendada pelas diretrizes atuais**.
- **Formativa (diagnóstica e contínua):**
Foco no processo de construção do conhecimento. Permite **replanejamento das práticas pedagógicas**, identifica dificuldades e valoriza avanços.

 A avaliação **não deve excluir, rotular ou reprovar indiscriminadamente**.

2. Funções da Avaliação

- **Diagnóstica:** Levanta saberes prévios e identifica necessidades;
 - **Formativa:** Acompanha e orienta o processo de aprendizagem;
 - **Somativa:** Consolida resultados ao final de um ciclo, mas **sem caráter punitivo**.
-

3. Avaliação e Inclusão Escolar


Avaliar em uma perspectiva inclusiva significa:


- Considerar as **potencialidades de cada estudante**;
 - Adaptar instrumentos e critérios conforme **as singularidades e necessidades**;
 - Garantir que todos tenham **acesso e oportunidades reais de aprendizagem**;
 - Utilizar diferentes **instrumentos avaliativos** (registros, portfólios, autoavaliações, observações).
-


4. Diretrizes Legais e Institucionais

- **LDB (Art. 24)**: a verificação do rendimento deve considerar os diferentes aspectos do processo de aprendizagem.
 - **Proposta Curricular de Florianópolis**: avaliação **descritiva, sem caráter classificatório**, contínua e qualitativa.
 - **LBi (Lei nº 13.146/2015)**: a avaliação deve ser adaptada às **necessidades dos alunos com deficiência**, sem discriminação.
-

Exemplos Práticos:


 Um estudante com transtorno do espectro autista pode ser avaliado por meio de observações, registros fotográficos e descrição de avanços, respeitando seu ritmo.

 Um aluno com dislexia pode ter **mais tempo** para avaliações escritas, ou optar por formas orais.

 A **autoavaliação**, quando bem conduzida, estimula o protagonismo e a consciência do estudante sobre seu processo de aprendizagem.

Exercícios de Fixação:

1. A avaliação da aprendizagem, segundo a perspectiva formativa, deve:
 - a) Classificar os alunos em grupos de rendimento
 - b) Focar apenas nos resultados
 - c) Identificar dificuldades e orientar a prática pedagógica
 - d) Ser aplicada exclusivamente por meio de provas

 **Gabarito: c)**

2. A avaliação inclusiva deve:
- a) Exigir resultados iguais de todos
 - b) Manter os mesmos critérios padronizados
 - c) Considerar as especificidades e potencialidades de cada aluno
 - d) Priorizar reprovações quando houver baixo desempenho
- ✓ **Gabarito: c)**
3. A LBI prevê que as avaliações de pessoas com deficiência devem:
- a) Ser dispensadas por completo
 - b) Ser idênticas às dos demais alunos
 - c) Ser adaptadas conforme a necessidade
 - d) Ser apenas simbólicas
- ✓ **Gabarito: c)**
4. A função diagnóstica da avaliação serve para:
- a) Corrigir a conduta do estudante
 - b) Medir somente o desempenho final
 - c) Classificar os alunos conforme suas notas
 - d) Compreender o ponto de partida e ajustar o ensino
- ✓ **Gabarito: d)**
5. Um instrumento adequado à avaliação formativa seria:
- a) Uma prova surpresa objetiva
 - b) Um boletim com nota final
 - c) Um portfólio de produções do aluno
 - d) Um simulado punitivo
- ✓ **Gabarito: c)**

Capítulo 12 — Exercícios de Revisão Geral

Objetivo:

Consolidar os principais conteúdos da apostila com questões integradas de **diversos capítulos**, nos moldes de provas anteriores da **FEPese e IBADE**.

Questões Integradas:

1. Segundo a Constituição Federal (Art. 206), é princípio do ensino:
- a) Proibição de pluralidade de ideias
 - b) Obrigatoriedade de ensino religioso
 - c) Gestão democrática do ensino público
 - d) Ensino técnico obrigatório em todas as etapas
- ✓ **Gabarito: c)**

2. A LDB (Lei nº 9.394/96) determina que a Educação Infantil é:
- a) A etapa preparatória para o ensino técnico
 - b) Obrigatória apenas a partir dos 6 anos
 - c) Etapa da Educação Básica destinada ao desenvolvimento integral até 5 anos
 - d) Responsabilidade exclusiva da União
- ✓ **Gabarito: c)**
3. A BNCC estabelece que as 10 competências gerais devem ser desenvolvidas:
- a) Apenas no ensino médio
 - b) Apenas nas disciplinas de ciências humanas
 - c) Em todas as etapas e áreas do conhecimento
 - d) Somente na educação infantil
- ✓ **Gabarito: c)**
4. Segundo o PNE (Lei nº 13.005/2014), o investimento público em educação deve alcançar:
- a) 6% do PIB
 - b) 8% do PIB
 - c) 10% do PIB
 - d) 12% do PIB
- ✓ **Gabarito: c)**
5. As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 tornam obrigatório o ensino de:
- a) História Europeia e da Guerra Fria
 - b) História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena
 - c) História Militar Brasileira
 - d) História do Esporte Nacional
- ✓ **Gabarito: b)**
6. De acordo com a LBI (Lei nº 13.146/2015), o AEE deve ser:
- a) Substituto do ensino regular
 - b) Oferecido em instituições filantrópicas
 - c) Complementar e no contraturno
 - d) Aplicado apenas em exames finais
- ✓ **Gabarito: c)**
7. Na Proposta Curricular de Florianópolis, o currículo deve:
- a) Ser organizado por competências internacionais
 - b) Estar centrado em conteúdos prontos
 - c) Valorizar saberes locais e articulação com a realidade
 - d) Priorizar métodos de memorização
- ✓ **Gabarito: c)**
8. O Código de Ética do Servidor Público determina que:
- a) A ética é uma escolha opcional
 - b) O servidor deve buscar vantagens pessoais
 - c) A assiduidade é irrelevante
 - d) A função deve ser exercida com zelo e respeito

✓ **Gabarito: d)**

9. A avaliação inclusiva pressupõe:
- a) Uniformidade de critérios para todos
 - b) Reprovação como mecanismo motivacional
 - c) Adaptação às necessidades específicas
 - d) Exclusão de estudantes com deficiência do processo avaliativo

✓ **Gabarito: c)**

10. A principal função da avaliação formativa é:
- a) Reprovar quem não se esforça
 - b) Controlar o comportamento do aluno
 - c) Acompanhar, apoiar e reorientar a aprendizagem
 - d) Justificar o ranking escolar

✓ **Gabarito: c)**

ABAIXO AS PROVAS SIMULADAS

- 1. Segundo o Art. 205 da Constituição Federal, a educação é:**
 - a) Um dever da escola particular
 - b) Um direito apenas das crianças
 - c) Direito de todos e dever do Estado e da família
 - d) Exclusiva responsabilidade do professor

- 2. A LDB (Lei nº 9.394/96) organiza a educação nacional com base em:**
 - a) Ensino religioso obrigatório
 - b) Princípios meritocráticos
 - c) Princípios democráticos de gestão e valorização do profissional
 - d) Modelo de avaliação internacional padronizada

- 3. A BNCC tem como principal objetivo:**
 - a) Unificar os conteúdos das universidades
 - b) Propor um currículo mínimo para escolas particulares
 - c) Estabelecer direitos de aprendizagem comuns a todos os alunos do Brasil
 - d) Restringir a autonomia docente

- 4. O Plano Nacional de Educação (PNE) tem vigência de:**
 - a) 5 anos
 - b) 10 anos
 - c) 15 anos
 - d) 20 anos

- 5. A meta 1 do PNE trata sobre:**
 - a) Ampliação do ensino técnico
 - b) Educação infantil de 0 a 3 anos
 - c) Universalização do atendimento na Educação Infantil para crianças de 4 a 5 anos
 - d) Valorização do magistério

- 6. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental orientam que o ensino seja:**
 - a) Baseado em memorização e repetição
 - b) Segmentado por disciplinas isoladas
 - c) Organizado de forma interdisciplinar, inclusiva e contextualizada
 - d) Focado na formação empresarial

- 7. A avaliação na Educação Infantil deve ser:**
 - a) Numérica e classificatória
 - b) Baseada em provas escritas
 - c) Qualitativa e contínua, sem objetivo de promoção
 - d) Feita sem acompanhamento pedagógico

- 8. Segundo o ECA, é dever do Estado:**
 - a) Exigir aprovação automática
 - b) Promover o ensino superior gratuito para todos
 - c) Garantir o ensino fundamental obrigatório e gratuito
 - d) Responsabilizar apenas os pais pela frequência

- 9.** De acordo com a LBI (Lei nº 13.146/2015), é proibido:
- a) Cobrar taxas de alunos com deficiência
 - b) Oferecer AEE
 - c) Adaptar avaliações
 - d) Incluir alunos com deficiência no ensino comum
- 10.** A LBI determina que a oferta de AEE deve ocorrer:
- a) Apenas na educação especial
 - b) Em instituições específicas
 - c) Como substituição ao ensino regular
 - d) Complementarmente ao ensino regular, preferencialmente no contraturno
- 11.** A Lei nº 10.639/2003 trata:
- a) Do ensino de direitos civis
 - b) Da inclusão escolar de surdos
 - c) Da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
 - d) Do ensino religioso
- 12.** A Lei nº 11.645/2008 complementa a anterior ao incluir:
- a) Filosofia clássica
 - b) História da colonização portuguesa
 - c) História e Cultura dos Povos Indígenas
 - d) Cultura italiana
- 13.** A Proposta Curricular de Florianópolis valoriza:
- a) Ensino conteudista e disciplinar
 - b) Avaliação punitiva
 - c) Interdisciplinaridade e saberes locais
 - d) Ensino remoto exclusivamente
- 14.** Na Proposta Curricular da RME de Florianópolis, o professor é:
- a) Executor de planos prontos
 - b) Autor do processo pedagógico
 - c) Censor do currículo
 - d) Fiscal das normas disciplinares
- 15.** O Código de Ética do Servidor Público determina que:
- a) O servidor pode usar o cargo para fins pessoais
 - b) A ética é subjetiva
 - c) O zelo e a honestidade são princípios fundamentais
 - d) A pontualidade é opcional
- 16.** A avaliação da aprendizagem, de acordo com a perspectiva formativa:
- a) Deve ser classificatória
 - b) Serve para promover reprovações
 - c) Orienta o processo de ensino e aprendizagem
 - d) Exige provas padronizadas

17. A função diagnóstica da avaliação serve para:

- a) Identificar deficiências físicas
- b) Reprovar alunos com dificuldades
- c) Levantar conhecimentos prévios e ajustar o ensino
- d) Classificar estudantes em níveis

18. A BNCC é obrigatória para:

- a) Escolas da rede pública apenas
- b) Escolas privadas do ensino médio
- c) Todas as instituições de educação básica
- d) Apenas universidades

19. O PNE prevê que até o fim de sua vigência o Brasil deve investir na educação:

- a) Até 8% do PIB
- b) Até 10% do PIB
- c) Até 6% do PIB
- d) Até 12% do PIB

20. De acordo com a legislação educacional vigente, o ensino deve:

- a) Ser voltado à elite
- b) Ser autoritário
- c) Ser democrático e inclusivo
- d) Excluir minorias



GABARITO 1

1-C 2-C 3-C 4-B 5-C 6-C 7-C 8-C 9-A 10-D 11-C 12-C 13-C 14-B 15-C
16-C 17-C 18-C 19-B 20-C



Simulado 2 – Legislação Educacional

1. A Constituição Federal estabelece que o ensino será ministrado com base no seguinte princípio:

- a) Exclusão dos menos capazes
- b) Valorização dos que obtêm maior desempenho
- c) Garantia de padrão de qualidade
- d) Priorização das elites intelectuais

2. De acordo com a LDB, os níveis da educação básica são:

- a) Educação Pré-Escolar, Fundamental e Técnica
- b) Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio
- c) Ensino Técnico, Ensino Fundamental e Educação Superior
- d) Educação Infantil, Pré-Médio e Superior

3. A BNCC deve ser aplicada:

- a) De forma obrigatória apenas nas escolas municipais
- b) Como currículo padronizado em nível federal
- c) Como referência para elaboração dos currículos escolares
- d) Apenas como sugestão para redes privadas

4. Entre as metas do PNE está:

- a) A privatização da educação básica
- b) A exclusão de alunos com deficiência
- c) A valorização do magistério com planos de carreira
- d) A eliminação das avaliações externas

5. As DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) visam:

- a) Substituir a BNCC
- b) Uniformizar métodos avaliativos
- c) Garantir princípios e fundamentos pedagógicos nacionais
- d) Controlar o conteúdo de todas as disciplinas

6. Na Educação Infantil, a avaliação deve considerar:

- a) Resultados quantitativos
- b) Provas padronizadas
- c) A observação, registros e produções das crianças
- d) Avaliações bimestrais obrigatórias

7. O ECA estabelece que a criança tem direito à educação visando:

- a) Classificação social
- b) Preparação para o mercado competitivo
- c) Desenvolvimento integral
- d) Adestramento técnico

8. Segundo a LBI, é vedado ao sistema de ensino:

- a) Negar matrícula a aluno com deficiência
- b) Adaptar materiais didáticos
- c) Oferecer profissionais de apoio
- d) Promover formação docente para inclusão

9. A LBI reforça o papel do Atendimento Educacional Especializado como:

- a) Ensino paralelo e exclusivo
- b) Substituição do ensino comum
- c) Complementar, realizado no contraturno
- d) Treinamento profissionalizante

10. A Lei nº 10.639/03 tem como finalidade:

- a) Reforçar o ensino de português europeu
- b) Incentivar o ensino da história do Brasil colonial apenas
- c) Incluir no currículo a história afro-brasileira e africana
- d) Valorizar somente os conteúdos ocidentais

11. A Lei nº 11.645/08 amplia a obrigatoriedade para incluir:

- a) História asiática
- b) Povos originários indígenas do Brasil
- c) Revoluções industriais
- d) Imigração italiana no Brasil

12. A Proposta Curricular de Florianópolis propõe uma avaliação:

- a) Baseada em notas e rankings
- b) Somente com testes mensais
- c) Diagnóstica, formativa e contínua
- d) Centralizada na direção da escola

13. Para a PCRMEF, o currículo deve valorizar:

- a) Apenas disciplinas tradicionais
- b) Cultura digital unificada
- c) Saberes locais, culturais e sociais
- d) Regras normativas de aprendizagem

14. A ética do profissional docente envolve:

- a) Neutralidade diante da exclusão
- b) Afastamento das decisões escolares
- c) Compromisso com a inclusão e o respeito à diversidade
- d) Apenas postura técnica

15. O Código de Ética do Servidor Público exige que:

- a) O servidor atue conforme conveniências pessoais
- b) Se omita diante de irregularidades
- c) Mantenha sigilo e respeito às normas públicas
- d) Ignore decisões coletivas

16. A avaliação formativa tem como principal característica:

- a) Selecionar os melhores alunos
- b) Validar o ensino tradicional
- c) Acompanhar e promover o progresso da aprendizagem
- d) Justificar resultados padronizados

17. A função da avaliação diagnóstica é:

- a) Substituir provas finais
- b) Indicar os melhores estudantes
- c) Levantar os conhecimentos prévios e orientar a ação pedagógica
- d) Garantir notas iguais para todos

18. A BNCC propõe o desenvolvimento de:

- a) 5 competências técnicas
- b) 8 princípios disciplinares
- c) 10 competências gerais
- d) 12 habilidades cognitivas

19. O Plano Nacional de Educação prevê o investimento público mínimo de:

- a) 5% do PIB
- b) 10% do PIB
- c) 15% do PIB
- d) 12% do PIB

20. A avaliação inclusiva considera:

- a) Apenas o desempenho numérico
- b) As singularidades e necessidades dos estudantes
- c) A aplicação de testes em grupo
- d) Exclusivamente a oralidade



GABARITO 2

1-C 2-B 3-C 4-C 5-C 6-C 7-C 8-A 9-C 10-C 11-B 12-C 13-C 14-C 15-C
16-C 17-C 18-C 19-B 20-B



- 1. A Constituição Federal determina que a educação visa:**
 - a) Preparar os alunos apenas para o mercado de trabalho
 - b) Substituir o papel da família
 - c) Pleno desenvolvimento da pessoa, cidadania e qualificação para o trabalho
 - d) Controlar ideologias políticas
- 2. Segundo a LDB, o ensino médio tem como finalidade:**
 - a) Formação técnica exclusiva
 - b) Preparação básica para o trabalho e cidadania
 - c) Foco na avaliação internacional
 - d) Ensino repetitivo e decorado
- 3. A BNCC está organizada por:**
 - a) Conteúdos obrigatórios para o vestibular
 - b) Áreas do conhecimento e competências essenciais
 - c) Temas livres de escolha
 - d) Disciplinas independentes
- 4. O PNE estabelece metas para:**
 - a) Reestruturar escolas particulares
 - b) Criar novos vestibulares
 - c) Universalizar o atendimento escolar e valorizar a carreira docente
 - d) Eliminar a participação social
- 5. As DCNs orientam que os currículos devem:**
 - a) Focar apenas no conteúdo científico
 - b) Desconsiderar a realidade dos alunos
 - c) Promover interdisciplinaridade e formação integral
 - d) Ser baseados em apostilas padronizadas
- 6. A avaliação, de acordo com as diretrizes da educação infantil, deve ser:**
 - a) Por meio de provas trimestrais
 - b) Somente observacional
 - c) Sem finalidade formativa
 - d) Processual, contínua e descritiva
- 7. O ECA assegura às crianças:**
 - a) O acesso apenas ao ensino técnico
 - b) A liberdade de escolha da escola pública
 - c) Direito à educação e ao respeito
 - d) Obrigação de trabalhar após os 12 anos
- 8. A LBI determina que sistemas de ensino devem:**
 - a) Excluir alunos com deficiência das salas regulares
 - b) Promover barreiras atitudinais
 - c) Garantir acessibilidade, apoio e inclusão
 - d) Priorizar alunos com altas habilidades

9. O AEE deve:

- a) Ocupar o lugar do ensino regular
- b) Ser feito em escolas especiais isoladas
- c) Complementar o ensino comum e ocorrer preferencialmente no contraturno
- d) Ser oferecido somente quando solicitado por pais

10. A Lei nº 10.639/03 tem como foco:

- a) Ensino da cultura popular
- b) Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
- c) Formação de professores para educação física
- d) Ensino de ética religiosa

11. A Lei nº 11.645/08 amplia o currículo ao incluir:

- a) Matemática Avançada
- b) Culturas indígenas brasileiras
- c) Filosofia europeia
- d) História das religiões

12. A Proposta Curricular de Florianópolis defende:

- a) Avaliação classificatória e punitiva
- b) Ensino tradicional e conteudista
- c) Ação pedagógica contextualizada, participativa e crítica
- d) Exclusão de práticas integradoras

13. A função docente, segundo a PCRMEF, deve:

- a) Reproduzir métodos antigos
- b) Centralizar o poder pedagógico
- c) Ser autoral, reflexiva e colaborativa
- d) Seguir instruções padronizadas sem adaptação

14. É uma conduta ética do professor:

- a) Compartilhar informações sigilosas
- b) Estimular práticas discriminatórias
- c) Participar ativamente do ambiente escolar e respeitar a diversidade
- d) Evitar trabalho coletivo

15. O Código de Ética do Servidor Público orienta que o servidor:

- a) Atue com neutralidade política
- b) Seja omissos diante de irregularidades
- c) Respeite os princípios da legalidade, honestidade e responsabilidade
- d) Use sua autoridade para benefício pessoal

16. A avaliação formativa visa:

- a) Atingir metas externas
- b) Reprovar alunos com baixo desempenho
- c) Diagnosticar avanços e orientar a aprendizagem
- d) Ser feita apenas com notas

17. A avaliação diagnóstica deve ser aplicada:

- a) Somente em simulados
- b) No início do ano letivo e quando necessário para planejamento
- c) No final do semestre
- d) Apenas com testes objetivos

18. A BNCC promove:

- a) Competências específicas por conteúdo
- b) Redução do currículo básico
- c) 10 competências gerais para a formação integral
- d) Substituição das diretrizes curriculares

19. O PNE propõe a erradicação de:

- a) Educação a distância
- b) Educação básica
- c) Analfabetismo
- d) Educação inclusiva

20. A avaliação inclusiva pressupõe:

- a) Exigir desempenho padronizado
- b) Desconsiderar necessidades individuais
- c) Adequar estratégias e respeitar as diferenças
- d) Focar apenas em conteúdo



GABARITO 3

1-C 2-B 3-B 4-C 5-C 6-D 7-C 8-C 9-C 10-B 11-B 12-C 13-C 14-C 15-C
16-C 17-B 18-C 19-C 20-C

Simulado 4 – Legislação Educacional

1. O artigo 206 da Constituição Federal assegura como princípio da educação:

- a) Discriminação de saberes locais
- b) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola
- c) Ensino religioso obrigatório
- d) Ensino técnico em todas as etapas

2. A LDB trata da educação como:

- a) Um dever exclusivo da União
- b) Ato administrativo de controle social
- c) Processo amplo de formação humana nos âmbitos escolar e não escolar
- d) Direito apenas da criança e do adolescente

3. A BNCC propõe:

- a) Repetição de conteúdos do ensino médio na educação infantil
- b) Diretrizes específicas apenas para matemática
- c) Direitos de aprendizagem e desenvolvimento para todas as etapas
- d) Foco exclusivo em habilidades técnicas

4. O PNE determina que a educação básica:

- a) Deve ser oferecida somente em áreas urbanas
- b) Inclui educação infantil, fundamental e média
- c) Exclui a EJA e a educação do campo
- d) Não exige acompanhamento público

5. As DCNs definem:

- a) Currículos únicos para todas as redes
- b) Princípios pedagógicos, objetivos e organização da educação nacional
- c) Obrigatoriedade de exames padronizados
- d) Adoção de livros didáticos federais

6. A avaliação na BNCC deve ser:

- a) Externa e punitiva
- b) Padronizada nacionalmente
- c) Alinhada aos objetivos de aprendizagem e ao processo pedagógico
- d) Excluída dos relatórios escolares

7. O ECA garante à criança o direito à educação:

- a) Exclusivamente em tempo parcial
- b) Com métodos militares
- c) Com prioridade absoluta e sem discriminação
- d) Apenas com autorização judicial

8. A LBI estabelece que o AEE:

- a) Deve ser disponibilizado apenas em escolas privadas
- b) É opcional à escola
- c) É complementar e obrigatório àqueles que necessitam
- d) Deve ser feito fora do ambiente escolar

9. É função da escola segundo a LBI:

- a) Integrar os alunos com deficiência no ensino comum
- b) Encaminhar alunos para centros especializados
- c) Evitar adaptações pedagógicas
- d) Aplicar apenas métodos tradicionais

10. A Lei nº 10.639/03 tornou obrigatório:

- a) O ensino da História Africana e Afro-Brasileira nas escolas
- b) A leitura de autores europeus
- c) O estudo das colônias portuguesas
- d) A prática de atividades esportivas

11. A Lei nº 11.645/08 complementa a anterior ao incluir:

- a) Conteúdos religiosos
- b) Ensino técnico rural
- c) História e cultura dos povos indígenas
- d) Filosofia contemporânea

12. A Proposta Curricular de Florianópolis orienta práticas:

- a) Segregadoras
- b) Neutras e conteudistas
- c) Interdisciplinares, críticas e inclusivas
- d) Baseadas apenas em resultados

13. O professor, segundo a PCRMEF, é:

- a) Técnico avaliador
- b) Executor de ordens curriculares
- c) Autor do projeto pedagógico com autonomia e responsabilidade
- d) Agente disciplinador

14. A ética docente exige:

- a) Competitividade entre professores
- b) Rejeição à participação da família
- c) Respeito à diversidade e compromisso com a inclusão
- d) Neutralidade frente a desigualdades

15. O Código de Ética do Servidor Público prevê:

- a) Sigilo e lealdade institucional
- b) Isenção de responsabilidade por omissão
- c) Uso de cargos para obtenção de vantagens pessoais
- d) Submissão incondicional

16. A avaliação formativa permite:

- a) Registrar somente notas
- b) Corrigir exclusivamente erros
- c) Identificar avanços, dificuldades e orientar o ensino
- d) Controlar a frequência escolar

17. A avaliação diagnóstica é importante para:

- a) Classificar alunos bons e ruins
- b) Aplicar sanções pedagógicas
- c) Compreender o ponto de partida de cada aluno
- d) Realizar provas mensais

18. A BNCC apresenta:

- a) 10 competências gerais
- b) 12 pilares da avaliação
- c) 5 eixos de segmentação
- d) 20 habilidades únicas

19. A meta do PNE sobre valorização docente prevê:

- a) Apenas oferta de bônus salariais
- b) Melhoria da formação, plano de carreira e salários
- c) Exclusão de professores iniciantes
- d) Redução de carga horária

20. A avaliação inclusiva deve:

- a) Ser igual para todos
- b) Considerar as singularidades e oferecer diferentes meios de expressão
- c) Reprovar por desempenho
- d) Aplicar testes padronizados

GABARITO 4

1-B 2-C 3-C 4-B 5-B 6-C 7-C 8-C 9-A 10-A 11-C 12-C 13-C 14-C 15-A 16-C 17-C 18-A 19-B 20-B

Simulado 5 – Legislação Educacional

1. Segundo a Constituição Federal, o dever com a educação é:
 - a) Da escola e da mídia
 - b) Apenas da família
 - c) Do Estado e da família, com colaboração da sociedade
 - d) Exclusivamente dos professores
2. A LDB determina que a educação escolar deve vincular-se:
 - a) À cultura internacional
 - b) Ao mundo do trabalho e à prática social
 - c) Às provas de larga escala
 - d) À cultura elitista
3. A BNCC é obrigatória para:
 - a) Escolas públicas apenas
 - b) Todas as instituições de educação básica
 - c) Escolas com nota alta no IDEB
 - d) Ensino médio técnico apenas
4. O PNE estipula que a taxa de alfabetização de jovens e adultos deve:
 - a) Ser irrelevante
 - b) Atingir 50% até o fim da vigência
 - c) Atingir 93,5% no mínimo
 - d) Ser responsabilidade apenas dos municípios
5. As Diretrizes Curriculares Nacionais valorizam:
 - a) Ensino fragmentado
 - b) Formação integral do sujeito
 - c) Disciplinas exatas
 - d) Ensino bilíngue
6. A avaliação na educação infantil é:
 - a) Qualitativa, contínua, sem finalidade de promoção
 - b) Classificatória e quantitativa
 - c) Realizada por boletins e notas
 - d) Ocorre com testes trimestrais
7. O ECA assegura prioridade absoluta a:
 - a) Investimentos em infraestrutura
 - b) Direitos fundamentais das crianças e adolescentes
 - c) Avaliações externas
 - d) Fiscalização escolar
8. De acordo com a LBI, é direito do estudante com deficiência:
 - a) Ser avaliado por padrões gerais
 - b) Ter plano educacional individualizado
 - c) Estudar apenas em escolas especiais
 - d) Receber materiais alternativos apenas se quiser

9. A função do AEE é:

- a) Repetir o conteúdo da sala de aula
- b) Diagnosticar deficiências emocionais
- c) Desenvolver autonomia e complementar a formação
- d) Aplicar testes e provas

10. A Lei nº 10.639/03 reforça:

- a) Ensino de história eurocêntrica
- b) Estudo da matemática africana
- c) Valorização da cultura afro-brasileira no currículo
- d) Ensino de religiões

11. A Lei nº 11.645/08 amplia:

- a) O ensino religioso
- b) O estudo de culturas indígenas no currículo
- c) O conteúdo matemático no ensino fundamental
- d) O ensino da língua portuguesa

12. A Proposta Curricular de Florianópolis considera que o currículo deve:

- a) Repetir conteúdos da BNCC
- b) Valorizar saberes locais e a realidade dos estudantes
- c) Ser igual ao de redes federais
- d) Priorizar avaliações formais

13. Segundo a PCRMEF, o professor deve atuar como:

- a) Executor de apostilas
- b) Avaliador de desempenho técnico
- c) Educador crítico, pesquisador e reflexivo
- d) Aplicador de provas

14. A ética docente requer:

- a) Impessoalidade e omissão
- b) Neutralidade frente à diversidade
- c) Postura ética, crítica e democrática
- d) Distanciamento da comunidade escolar

15. O Código de Ética do Servidor Público proíbe:

- a) Denúncia de irregularidades
- b) Participação em decisões escolares
- c) Uso do cargo para obter vantagens pessoais
- d) Transparência com superiores

16. A avaliação formativa deve ser:

- a) Punitiva
- b) Rígida e sumária
- c) Contínua e integradora do processo de ensino-aprendizagem
- d) Limitada a provas objetivas

17. A avaliação diagnóstica é importante para:

- a) Medir comportamento
- b) Acompanhar erros apenas
- c) Planejar o ensino com base no que o estudante já sabe
- d) Rotular estudantes com dificuldades

18. As 10 competências gerais da BNCC promovem:

- a) Formação técnica
- b) Participação política
- c) Formação humana integral
- d) Educação bilíngue

19. O PNE propõe para o magistério:

- a) Aumento da carga horária
- b) Redução de salário
- c) Valorização, formação adequada e carreira
- d) Exame nacional compulsório

20. A avaliação inclusiva:

- a) É feita apenas com provas padronizadas
- b) Desconsidera deficiências
- c) Adapta-se ao estudante e promove equidade
- d) Substitui o ensino

GABARITO 5

1-C 2-B 3-B 4-C 5-B 6-A 7-B 8-B 9-C 10-C 11-B 12-B 13-C 14-C 15-C
16-C 17-C 18-C 19-C 20-C

Simulado 6 – Legislação Educacional

1. A Constituição assegura como dever do Estado:
 - a) Oferta de educação superior gratuita
 - b) Garantir educação básica obrigatória e gratuita
 - c) Ensino privado subsidiado
 - d) Escola em tempo integral em toda a rede
2. A LDB estabelece que a gestão democrática será:
 - a) Facultativa nos municípios
 - b) Obrigatória em escolas privadas
 - c) Assegurada nos sistemas públicos
 - d) Uma diretriz das escolas militares
3. A BNCC respeita:
 - a) Autonomia das redes e instituições de ensino
 - b) Currículo nacional imposto
 - c) Exclusividade de disciplinas técnicas
 - d) Eliminação da interdisciplinaridade
4. O PNE busca:
 - a) Elitização do ensino médio
 - b) Expansão da educação superior pública
 - c) Desvalorização do magistério
 - d) Ensino religioso compulsório
5. As DCNs servem para:
 - a) Aplicar conteúdos estrangeiros
 - b) Definir princípios e fundamentos pedagógicos para cada etapa
 - c) Substituir legislações locais
 - d) Fiscalizar universidades
6. A avaliação na Educação Infantil deve:
 - a) Medir competências cognitivas
 - b) Identificar prontidão escolar
 - c) Documentar o desenvolvimento sem objetivo de promoção
 - d) Testar habilidades numéricas
7. O ECA define como direito fundamental:
 - a) Avaliação classificatória
 - b) Trabalho precoce
 - c) Educação, cultura e lazer
 - d) Ensino técnico obrigatório
8. A LBI determina que escolas devem:
 - a) Evitar alunos com deficiência
 - b) Estimular a exclusão por desempenho
 - c) Remover barreiras e promover acessibilidade
 - d) Substituir provas por relatórios

9. O AEE visa:

- a) Adaptar ensino apenas para avaliações
- b) Suprir ensino regular
- c) Complementar e promover autonomia
- d) Preparar o aluno para exames de nível

10. A Lei nº 10.639/03 propõe:

- a) Estímulo ao racismo reverso
- b) Exclusão de conteúdos religiosos
- c) Estudo da história e cultura afro-brasileira
- d) Ensino de música africana

11. A Lei nº 11.645/08 amplia:

- a) Educação física
- b) Estudos da cultura indígena
- c) Estudos científicos
- d) Currículo de filosofia

12. A Proposta Curricular da RME de Florianópolis enfatiza:

- a) Ensino fragmentado
- b) Repetição de conteúdos
- c) Abordagens integradas e contextuais
- d) Ensino baseado em apostilas

13. O professor, segundo a PCRMEF, é:

- a) Responsável por cumprir tarefas técnicas
- b) Excluído da construção curricular
- c) Protagonista do processo pedagógico
- d) Submisso às avaliações externas

14. A ética do servidor público exige:

- a) Omissão e silêncio
- b) Comprometimento com o interesse público
- c) Submissão à chefia
- d) Neutralidade ética

15. A avaliação formativa serve para:

- a) Reprovar alunos
- b) Controlar a sala de aula
- c) Reorientar e apoiar o processo de ensino
- d) Criar boletins

16. A diagnóstica é aplicada para:

- a) Examinar conteúdos finais
- b) Mensurar notas
- c) Planejar com base no conhecimento prévio
- d) Comparar turmas

17. As competências gerais da BNCC envolvem:

- a) Práticas neoliberais
- b) Resultados objetivos
- c) Conhecimento, pensamento crítico, ética e cultura digital
- d) Formação empresarial

18. O PNE visa erradicar:

- a) Educação indígena
- b) Trabalho infantil
- c) Analfabetismo
- d) Educação inclusiva

19. A valorização docente no PNE está ligada a:

- a) Demissões em massa
- b) Criação de metas internacionais
- c) Formação adequada, planos de carreira e piso salarial
- d) Reposição de conteúdos

20. A avaliação inclusiva se baseia em:

- a) Desempenho padrão
- b) Equidade e respeito à diversidade
- c) Provas orais
- d) Aplicação universal de testes

GABARITO 6

1-B 2-C 3-A 4-B 5-B 6-C 7-C 8-C 9-C 10-C 11-B 12-C 13-C 14-B 15-C 16-C 17-C 18-C 19-C 20-B